

A ÉTICA NA ADVOCACIA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Clayton Alencar de Freitas

Bacharelado em Direito da Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP – Cajazeiras; Pós-graduando em Direito Previdenciário e Direito Trabalhista pela Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP – Cajazeiras; Pós-graduando em Mediação e Conciliação de conflitos pelo Centro de Mediadores DF.

<http://lattes.cnpq.br/3710507121305836>

<https://orcid.org/0009-0008-4234-836X>

E-mail: claytoncz2013@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N3-65>

RESUMO: A ética na advocacia é um tema de importância crítica, pois os advogados são guardiões da justiça e da equidade. No entanto, a ética na advocacia vai além dos deveres para com os clientes, vez que envolve também considerações mais amplas de responsabilidade social. Este artigo investiga a complexidade da ética na advocacia e como os advogados podem contribuir para uma sociedade mais ética e justa. Este estudo oferece uma visão aprofundada da interseção entre a ética na advocacia e a responsabilidade social, tendo como objetivo analisar a interseção entre a ética na advocacia e a responsabilidade social, destacando a importância de práticas éticas na profissão jurídica e seu impacto na sociedade em geral. Pretende-se investigar como os advogados podem desempenhar um papel mais ativo na promoção da responsabilidade social por meio de suas atividades profissionais. A responsabilidade social na advocacia refere-se ao compromisso dos advogados com o bem-estar da comunidade e a promoção da justiça social. Assim, o presente estudo trata-se de uma revisão da literatura do tipo integrativa que especifica um resumo do assunto que está sendo abordado teoricamente para fornecer melhor compreensão e abrangência do mesmo, traçando uma análise de conhecimentos já construídos em pesquisas anteriores, vez que exploramos a importância da ética na advocacia e sua relação com a responsabilidade social, onde esperamos fornecer insights valiosos que beneficiem tanto os profissionais do direito quanto a sociedade em geral, promovendo uma prática jurídica mais ética e socialmente responsável.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Advocacia. Responsabilidade social.

ETHICS IN LAW AND SOCIAL RESPONSIBILITY

ABSTRACT: Ethics in law is a topic of critical importance, as lawyers are guardians of justice and equity. However, ethics in law goes beyond duties to clients, as it also involves broader considerations of social responsibility. This article investigates the complexity of ethics in law and how lawyers can contribute to a more ethical and fair society. This study offers an in-depth view of the intersection between ethics in law and social responsibility, aiming to analyze the intersection between ethics in law and social responsibility, highlighting the importance of ethical practices in the legal profession and its impact on society in general. The aim is to investigate how lawyers can play a more active role in promoting social responsibility through their professional activities. Social responsibility in law refers to lawyers' commitment to the well-being of the community and the promotion of social justice. Thus, the present study is an integrative literature review that specifies a summary of the subject that is being approached theoretically to provide a better understanding and scope of it, outlining an analysis of knowledge already

constructed in previous research, as we explored the importance of ethics in law and its relationship with social responsibility, where we hope to provide valuable insights that benefit both legal professionals and society in general, promoting a more ethical and socially responsible legal practice.

KEYWORDS: Ethics. Advocacy. Social responsibility.

INTRODUÇÃO

O estudo da ética remonta a antiga Grécia na figura de filósofo Sócrates que defendia a ideia que o homem é um ser capaz de pautar sua ação dentro da racionalidade, respeitando os parâmetros éticos.

A ética nos profissionais da advocacia, é a base para a construção de uma sociedade justa e justa. Isso inclui relacionamentos entre advogados, clientes, tribunais e a sociedade em geral. A responsabilidade social do advogado está intimamente ligada à sua atuação ética. Pois a procura da justiça não pode ser separada do compromisso de garantir o bem-estar coletivo. Como disse o advogado Ruy Barbosa: “Advogar não é profissão para covardes ou tímidos. (Tempo e História documentário sobre Rui Barbosa -[https://www.youtube.com/watch?v=DDdiisU9MF8&ab_channel=Migalhas.](https://www.youtube.com/watch?v=DDdiisU9MF8&ab_channel=Migalhas))

Advogados representam o certo e o errado. Neste contexto, este artigo discutirá a intersecção entre a ética jurídica e a responsabilidade social, enfatizando a importância de agir de acordo com fortes padrões e princípios morais para promover sistemas jurídicos justos e acessíveis.

ÉTICA NA ADVOCACIA: FUNDAMENTO DA JUSTIÇA

A ética na advocacia é primordial e ao mesmo tempo é a espinha dorsal da profissão, delineando as diretrizes que os advogados devem seguir em suas práticas. Nas palavras de Eduardo Couture, “O advogado, como sacerdote da justiça, tem uma função social insubstituível e deve servir à comunidade com desprendimento, independência e honestidade.” Como também ressaltou o mesmo Eduardo Couture uma outra fase muito famosa que ficou marcada no meio jurídico que diz “Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça. Essa visão reflete a crença de que de fato na profissão da advocacia não é meramente uma ocupação

como uma outra qualquer, mas uma vocação em prol do bem-estar social. E através da ética, assegura-se que os advogados mantenham um alto padrão de conduta, promovendo a justiça em vez de prejudicá-la.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: ADVOCACIA EXTERNA

A responsabilidade social dos advogados se estende além dos limites do sistema judicial. É sua responsabilidade moral e ética ajudar a construir uma sociedade mais justa e igualitária sem que se haja um olhar apenas voltado há um sistema, mas sim em uma visão ampla obedecendo de forma fiel aos preceitos que temos através do estatuto, regimento interno e ética da própria OAB. A advocacia é uma das armas mais eficazes para mudar o mundo, como enfatizou Nelson Mandela: “A advocacia é uma das armas mais eficazes para mudar o mundo”. Nelson Rolihlahla Mandela foi um advogado, líder rebelde e presidente da África do Sul de 1994 a 1999, considerado como o mais importante líder da África Subsaariana, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 1993, e pai da moderna nação sul-africana, onde é normalmente referido como Madiba ou “Tata”. Através de frases importantes como a de Nelson, podemos aqui o quanto a advocacia têm capacidade de investir em políticas públicas, proteger os direitos dos mais vulneráveis e lutar contra a injustiça em todas as esferas da sociedade. Portanto, usar essa influência de maneira compassiva e construtiva é uma obrigação social.

ÉTICA: BÚSSOLA DE TODO ADVOGADOS

O advogado é guiado em sua jornada profissional, com uma grande responsabilidade social por uma obediência às normas éticas. Quando se trata de advocacia, a frase “Você deve ser a mudança que deseja ver no mundo”, que Mahatma Gandhi enfatizou, significa que os advogados devem se esforçar para garantir que a justiça seja acessível a todos, independentemente de sua posição na sociedade. A observância dos padrões morais não apenas aumenta a dignidade do profissional, mas também aumenta a fé na justiça como um todo de toda uma sociedade que a cada dia descredita de tais profissionais, que uma vez descartando esse código de ética, não somente fere apenas o nome pessoal do profissional, mas como também de uma forma

erroneamente, porém diante da sociedade toda a classe paga-se um preço muito grande, por isso a tão importante e honrosa função tem que de fato seguir a passos firmes a ética para que assim possa trazer ainda mais dignidade para a classe, como também um olhar de esperança para aqueles que na grande maioria das vezes chegam nos escritórios do nosso Brasil desacreditados, desesperançados, mutilados com um sistema a nível mundial que vale mais quem tem, e isso não se pode deixar adentrar no âmbito da advocacia que possui essa tão honrosa dádiva dada pelo próprio Deus, como escrito nas sagradas escrituras “toda autoridade dada na terra, é uma permissão do nosso Deus” (Romanos capítulo 13).

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UM CASAMENTO NECESSÁRIO

A ética na advocacia e a responsabilidade social são como duas faces da mesma moeda. Não podem ser dissociadas, pois a busca pela justiça só é verdadeiramente eficaz quando guiada por princípios éticos e comprometida com o bem-estar coletivo. O jurista brasileiro Heleno Cláudio Fragoso resumiu essa relação de maneira eloquente ao afirmar que “A ética é o traje da advocacia. Sem ela, a profissão se desnuda de sua dignidade”. A responsabilidade social, portanto, não é uma escolha, mas uma obrigação moral para todo advogado comprometido com a promoção da justiça.

Como podemos ver em um dos textos mais belos das sagradas escrituras no livro de provérbios capítulo 2 versículo 7 que diz “Ele reserva a verdadeira sabedoria para os retos; escudo é para os que caminham na sinceridade”. Assim como também no livro de Tito capítulo 2 versículo 7 “Em tudo te dá por exemplo de boas obras; na doutrina mostra incorrupta, gravidade, sinceridade. Aqui nesses versículos podemos identificar como é sublime quando usamos a ética em favor principalmente para uma sociedade.

Em resumo, a ética na advocacia e a responsabilidade social são fundamentais para a integridade da profissão e para a construção de uma sociedade mais justa. Elas se entrelaçam em uma relação intrínseca, onde o cumprimento rigoroso das normas éticas é o caminho para a efetiva responsabilidade social do advogado. Essa combinação de ética e responsabilidade social não apenas eleva a advocacia a um status de nobreza, mas também a torna uma força catalisadora na busca pela justiça e pela igualdade em nossa

sociedade levando assim apoderem acreditar, confiar, e sonhar com profissionais dignos de se poder representar quaisquer pessoa desde o menor ao maior da sociedade, fazendo com que possam assim se sentirem mais humanos dignos de seus direitos.

Como disse Augusto Cury em uma de suas obras magnificas que mais venderam exemplares no livro chamado “O mestre do amor, ano de 2012 ele diz “Nunca alguém tão grande se fez tão pequeno para tornar grandes os pequenos”. Aqui ele ressalta justamente o maior líder em exemplo de todas as áreas e seguimentos humanos que foi o Senhor JESUS, que verdadeiramente através de um código ético que trouxe a humanidade, o tornou um homem com tão grande influência, levando inclusive milhões e milhões de seguidores da sua belíssima história de vida até os dias de hoje.

Nesse sentido, é correto sim, poder dizer que é possível consultar ao advogado, uma das tão grandes funções importantes deste país, até mesmo a tarefa de ensinar a palavra ética. Considerando que os advogados são uma figura sagrada na sociedade e têm a capacidade intelectual de financiar e influenciar a importância e a essência da ética em todo o mundo.

A manifestação mencionada é realmente essencial para os advogados. Além disso, aqueles que se dedicam a este desejo cumprem a sua vocação e se integram a uma minoria privilegiada que contribui para um universo mais admirável e racionalizado.

Acredita-se que trabalhar de forma coerente na advocacia é buscar a ética. A advocacia fica obscura, confusa, inconsistente e triste sem seu real valor. A preocupação com a ética profissional é evidente desde o início das primeiras aulas durante o curso de graduação em bacharelado em direito. Além disso, os fundamentos legais, como o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, o Código de Ética e outros, aumentam a preocupação com a impossibilidade de abandonar a ética. Estes suportes destacam as limitações profissionais profissional.

O dever do advogado é contribuir para a construção de um Estado Democrático de Direito eficaz. Além disso, os métodos pelos quais esses especialistas trabalharão para fortalecer o Estado de acordo com essas diretrizes devem ser considerados um esforço real, e não apenas um objetivo. Assim é o que de fato se deve representar em uma importância total do advogado no Estado Democrático de Direito em todo o Mundo.

IMPACTOS DO CÓDIGO DE ÉTICA: NA SOCIEDADE

O código ético da lei desempenha um papel fundamental na manutenção da integridade e eficiência do sistema jurídico e tem impacto direto na sociedade como um todo. Esses efeitos são sentidos de diferentes maneiras:

Preservação da Confiança na Justiça: O Código de Ética estabelece diretrizes claras para o comportamento ético dos advogados. Isso ajuda a garantir que a confiança do público no sistema jurídico seja preservada, uma vez que os cidadãos confiam que os advogados estão comprometidos com padrões elevados de conduta moral e profissional.

Acesso à Justiça: O cumprimento rigoroso das normas éticas garante que os advogados atuem de maneira justa e imparcial, independentemente do cliente ou da causa. Isso é crucial para garantir que todos os indivíduos tenham acesso à justiça e recebam uma representação adequada, independentemente de sua posição social ou econômica.

Promoção dos Direitos Humanos: O Código de Ética orienta os advogados a atuarem como defensores dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Isso contribui para a promoção e proteção dos direitos civis, políticos e sociais na sociedade.

Evita Abusos e Corrupção: Ao estabelecer princípios de integridade, transparência e imparcialidade, o Código de Ética ajuda a evitar abusos de poder e corrupção no sistema legal. Isso é essencial para a manutenção do Estado de Direito.

Resolução Pacífica de Conflitos: Advogados desempenham um papel central na resolução de conflitos. O cumprimento das normas éticas promove uma abordagem construtiva na resolução de litígios, incentivando a negociação e a busca de soluções pacíficas em detrimento de litígios prolongados.

IMPACTO DA AUSÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

Se um código de ética não existir ou não for aplicado de forma estrita para os profissionais da advocacia no modo geral, a sociedade poderia enfrentar uma série de consequências negativas e catastróficas tais como:

Perda de Confiança na Justiça: A ausência de padrões éticos claros poderia minar a confiança do público no sistema jurídico, resultando em um aumento do ceticismo em relação à justiça e à imparcialidade do processo legal.

Corrupção e Abusos: A falta de diretrizes éticas poderia abrir espaço para a corrupção, abusos de poder e práticas antiéticas por parte dos advogados, comprometendo a integridade do sistema jurídico.

Desigualdade no Acesso à Justiça: Sem o Código de Ética para garantir a representação justa e imparcial, indivíduos com recursos financeiros superiores teriam uma vantagem injusta no sistema legal, enquanto aqueles com menos recursos poderiam enfrentar discriminação e injustiça.

Desrespeito aos Direitos Humanos: A falta de orientação ética poderia resultar em advogados que não agem como defensores eficazes dos direitos humanos, o que poderia levar à violação dos direitos fundamentais dos cidadãos e assim torna-los profissionais sem equidade humana, e irracionais.

Conflitos Prolongados: A ausência de diretrizes éticas poderia incentivar uma abordagem mais agressiva e litigiosa na resolução de conflitos, levando a litígios prolongados e onerosos para as partes envolvidas em todo o mundo de forma irreversível.

Nesse contexto, o código ético da lei desempenha um papel importante na manutenção da integridade do sistema jurídico e na promoção da justiça na sociedade. A sua aplicação rigorosa é essencial para garantir a confiança no sistema jurídico, o acesso à justiça e a proteção dos direitos individuais. A falta destes padrões éticos pode ter efeitos prejudiciais para a sociedade e minar a justiça dos processos judiciais.

CÓDIGO DE ÉTICA E SUAS PUNIÇÕES EM CASOS DE VIOLAÇÕES

O Código de Ética da OAB é um conjunto de regras e diretrizes éticas que estabelece os padrões de conduta esperados dos advogados em sua prática profissional. Ele visa garantir a integridade, a moralidade e a dignidade da profissão, bem como a proteção dos direitos dos clientes e a confiança da sociedade na advocacia. De acordo com o Código de Ética da OAB, o advogado tem o dever de agir com honestidade,

independência, propriedade e boa-fé. Qualquer desvio destes princípios pode resultar em sanções severas. A ética jurídica não só constrói a confiança pública na profissão, mas também garante que os direitos de todos os envolvidos em litígios sejam respeitados. As sanções por infrações ao Código de Ética podem variar desde advertência formal até suspensão temporária ou até mesmo cassação do registro de advogado na OAB, dependendo da gravidade da infração. É importante ressaltar que a OAB tem o dever de investigar e tomar as medidas cabíveis sempre que violações éticas forem denunciadas ou descobertas, para garantir a integridade da profissão e proteger os interesses da profissão. Além disso, a Lei Federal nº 8.906/1994, também conhecida como Leis e Regulamentos da OAB, complementa o Código de Ética ao estabelecer normas e diretrizes específicas para o exercício da advocacia. Aqueles que não cumprirem essas leis e regulamentos poderão enfrentar consequências legais, incluindo processos criminais ou civis, bem como ações disciplinares por parte da OAB.

É fundamental compreender que a ética e o estrito cumprimento das leis que os regem são pilares essenciais para a manutenção da integridade e da reputação da profissão. A OAB, por meio de seus mecanismos de fiscalização e aplicação de padrões éticos, desempenha um papel importante para garantir que os advogados desempenhem suas funções com integridade, promovendo assim a justiça e a equidade para todos os cidadãos. Em resumo, o Código de Ética e o Estatuto Social da OAB estabelecem padrões rigorosos de conduta ética dos advogados e preveem sanções severas para violações. O cumprimento destas normas não só protege a reputação de um advogado, mas também garante que a justiça seja administrada com integridade e justiça. Portanto, a adesão estrita aos princípios éticos e legais é essencial para que todos os profissionais do direito mantenham a integridade da profissão e garantam a confiança do público no sistema judicial.

Além das sanções disciplinares previstas no Código de Ética da OAB e no Estatuto Social do Escritório de Advocacia, é importante ressaltar que as violações éticas também podem resultar em consequências jurídicas para o advogado. Isso significa que, além das sanções impostas pela OAB, os advogados que cometerem infrações éticas poderão enfrentar ações judiciais, que poderão resultar em sanções criminais, como multas ou até mesmo prisão, dependendo da gravidade do comportamento inadequado. A relação entre

violações éticas e consequências legais é complexa e varia de caso a caso. Em alguns casos, os dois domínios podem sobrepor-se, enquanto noutros podem permanecer distintos. Por exemplo, se um advogado for acusado de desvio de recursos de clientes, além de sofrer ação disciplinar da OAB, ele também poderá ser processado criminalmente por furto ou peculato. É, portanto, extremamente importante que os advogados tenham pleno conhecimento das regras éticas e legais que regem a sua profissão e cumpram rigorosamente estes princípios.

A negligência ou a falta de ética podem ter consequências graves, prejudicando a carreira de um advogado, prejudicando a sua reputação e, em última análise, prejudicando a justiça e a confiança pública em todo o sistema jurídico. Em suma, o Código de Ética e o Regimento Interno da OAB estabelecem elevados padrões de conduta ética dos advogados, e a violação desses padrões pode resultar em penalidades disciplinares e legais. Portanto, é um dever fundamental de todos os advogados agir de acordo com os mais elevados padrões éticos e legais, garantindo que a justiça seja administrada com integridade e que a profissão jurídica continue a prosperar. Legalidade.

CONTROLE DE QUALIDADE PROFISSIONAL

Para Barbosa (2021): “o advogado é indispensável à administração da justiça e exerce função social”. Com essa frase, ele destaca o papel vital dos advogados no sistema jurídico e na sociedade como um todo. Para ele, o advogado não é apenas um profissional que busca os interesses de seus clientes, mas também um agente responsável pela manutenção da justiça e da ordem social.

Nesse contexto, o controle de qualidade profissional torna-se uma obrigação moral e ética para os advogados. Isso implica em atuar com diligência, competência, lealdade e honestidade, cumprindo os deveres éticos estabelecidos pelo Código de Ética da OAB. Barbosa defendia que o advogado deveria ser um exemplo de conduta ética e técnica, sempre buscando aprimorar seus conhecimentos e habilidades para melhor servir à justiça.

O controle de qualidade profissional também envolve a responsabilidade de o advogado gerenciar conflitos de interesse, preservar o sigilo das informações

confidenciais de seus clientes, manter relações respeitadas com colegas, magistrados e partes envolvidas, e agir com integridade em todas as situações.

Dessa forma, o conceito de controle de qualidade profissional na advocacia, ressaltado por juristas como Rui Barbosa, destaca a importância da ética, responsabilidade e competência dos advogados em sua atuação. Esses princípios não apenas garantem a qualidade dos serviços jurídicos prestados, mas também contribuem para a manutenção da confiança da sociedade no sistema jurídico e na busca pela justiça.

RESPEITO AOS DIREITOS E INTERESSES

Com grande sabedoria e sensibilidade, o jurista Ovídio Rocha Barros Sandoval no livro CULPA E RISCO 1998, 2ª edição, pag.13 destaca a fundamental importância do respeito aos direitos e interesses na prática jurídica. Em suas palavras, ele nos lembra que o advogado possui um papel essencial na proteção e promoção dos direitos e interesses de seus clientes. Este compromisso é a base da relação entre advogado e cliente e deve ser conduzido com zelo e dedicação. Assim vejamos:

Fundamental Missão do Advogado: De acordo com Sandoval, a missão fundamental do advogado é proteger e promover os direitos e interesses de seus clientes. Isso envolve a compreensão profunda das necessidades e expectativas de cada cliente.

Confiança e Empatia: O respeito aos direitos e interesses requer empatia e confiança mútua. O advogado deve ser um confiante, alguém em quem o cliente possa confiar plenamente para buscar a justiça.

Responsabilidade Ética: Ovídio Rocha Barros Sandoval nos lembra que a advocacia é uma profissão de responsabilidade ética. O advogado deve atuar com integridade, honra e respeito aos princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética da OAB.

Defesa Intransigente: Segundo suas palavras, o advogado deve ser um defensor intransigente dos direitos e interesses de seu cliente. Ele é a voz do cliente perante a lei e a justiça.

Lealdade e Dever de Informação: Sandoval nos alerta sobre a importância da lealdade do advogado ao cliente, sempre agindo em seu melhor interesse. Além disso, ele enfatiza o dever de informação, garantindo que o cliente compreenda plenamente suas opções legais.

Proteção contra Abusos: O advogado, nas palavras de Sandoval, é um escudo contra possíveis abusos e injustiças. Ele deve estar preparado para enfrentar desafios e lutar incansavelmente pelos direitos de seu cliente.

Respeito pelo Contraditório: Em um sistema jurídico justo, o respeito aos direitos e interesses envolve o respeito pelo contraditório, permitindo que todas as partes tenham a oportunidade de se manifestar.

Busca Pela Justiça: Sandoval nos lembra que a advocacia é um instrumento crucial na busca pela justiça. O advogado é um agente de transformação, trabalhando para corrigir injustiças e restabelecer direitos violados.

Conciliação e Resolução Pacífica: O advogado também deve considerar a conciliação e a resolução pacífica de conflitos sempre que possível, conforme destacado por Sandoval, visando uma solução que beneficie seu cliente e a sociedade como um todo.

Compromisso Duradouro: Por fim, Sandoval enfatiza que o compromisso do advogado com o respeito aos direitos e interesses de seus clientes é duradouro. Essa dedicação deve perdurar ao longo de toda a trajetória profissional, mantendo-se como um valor central da advocacia.

Nesse contexto aqui narrado posso dizer que “O respeito aos direitos e interesses é de fato o alicerce de uma sociedade justa e democrática. Quando falamos em direitos, referimo-nos não apenas às garantias legais, mas também aos princípios éticos que devem guiar nossas interações e relações interpessoais. É fundamental reconhecer que o respeito aos direitos e interesses não é apenas uma obrigação legal, mas uma responsabilidade moral que todos devemos abraçar. Na minha perspectiva, a empatia desempenha um papel crucial no respeito aos direitos e interesses. Devemos esforçar-nos para compreender as perspectivas e necessidades dos outros, mesmo quando discordamos. Isso não significa concordar incondicionalmente, mas sim reconhecer a dignidade e a autonomia de cada indivíduo. Como disse Mahatma Gandhi, 'Você deve ser a mudança que deseja ver no

mundo.' Portanto, é nossa responsabilidade pessoal e coletiva promover um ambiente em que os direitos e interesses de todos sejam respeitados.

Além disso, o respeito pelos direitos e interesses dos outros, é um elemento essencial da justiça social. Devemos reconhecer as desigualdades e injustiças na nossa sociedade e trabalhar ativamente para as corrigir. Isto significa apoiar políticas e práticas que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso igualitário a recursos e serviços. Ou seja, respeitar direitos e interesses é um dever que cada um de nós deve cumprir no dia a dia. É um pilar da ética e da justiça e é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Ao reconhecer a importância destes valores, contribuimos para um mundo onde todos tenham a oportunidade de prosperar e viver com dignidade. “

Um estudante de graduação em Direito o mesmo quando atingir o sétimo período de seu curso, ele tem já a possibilidade de lograr a tão sonhada carteira da OAB, entretanto, como requisito se faz inevitavelmente um juramento. Juramento este que em seu teor trata da ética profissional. Os termos presentes no juramento são os que se seguem.

Sobre os deveres do advogado, é inevitável deixar de pronunciar o artigo 33 da Lei sobre as obrigações dos advogados. OAB: “Os advogados estão obrigados a cumprir rigorosamente as obrigações previstas no Regulamento.” Código de Ética e Disciplina” Pelos motivos expostos, todos os estagiários e advogados deverão Durante essas celebrações, eles precisam prestar muita atenção à situação incluído na declaração. Uma condição importante que não pode ser debatida. Por estas razões, é necessário Observe que este requisito já existe como requisito obrigatório antes do exercício da profissão. É necessário um compromisso social com os princípios éticos. Infelizmente, alguns advogados esquecem estes objetivos. Assim como um o esquecimento reina como verdadeiro sinal de despreparo para o exercício da advocacia. Tenha um verdadeiro envolvimento social e, acima de tudo, esqueça os limites éticos quando: Brasil prevê certos casos que levam à revogação de certificados advogado. Isto mostra uma contradição relativamente à natureza da responsabilidade e da responsabilidade A profissão de advogado teorizada pelo Sr. Mamede inclui o seguinte. Precisa:

Firmeza para com o cliente, a lealdade para com o colega, o respeito para com o juiz e para com o representante do Ministério público. (...) Coutore diz que `ser advogado significa haver renunciado a muitos sonhos e também haver sido esposado um alto encargo, pleno de

grandes responsabilidades. O homem e o jurista-constituem uma unidade inseparável e não há uma linha de fronteira entre aquele e o profissional; encontram-se sempre entrelaçadas a dignidade do homem e a responsabilidade da profissão na luta pelo direito, pois só está é própria da advocacia'. Aquele que abraça a advocacia deve estar consciente de todos esses elementos. Muitos verão nela apenas um negócio promissor.

E o autor enfatiza ainda mais a sua reflexão dizendo: “A missão é grande, os riscos são grandes, o trabalho é enorme; mas, para aqueles que efetivamente gostam do Direito, bem como se dispõem a servir a sociedade, a verdadeira recompensa é o orgulho de ser um advogado.” Portanto, a partir das exposições sopesadas ao longo do presente trabalho, é legítimo salientar acerca da atingida premissa-maior de que o advogado tem uma função divina nos horizontes de um Estado Democrático de Direito. Desta maneira, considerasse o advogado a “conditio sine quan non” para a sociedade e representa uma antológica referência ética para a história. Em suma, acredita-se verdadeiramente que todos devem buscar a tão almejada ética, para quem sabe um dia exista a tão sonhada justiça real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para exercer a profissão, o indivíduo deve estar dentro dos requisitos comportamentais do Código de Ética e do Estatuto do Advogado. Servindo como instrumentos de imposição de regras de conduta, que obrigam os advogados ter ao menos o bom senso nas relações profissionais e na condução da vida jurídica sem prejudicar aos demais colegas e aos seus clientes. Essa é uma forma de impor a ética, que não deveria ser imposta, mas apenas respeitada e vivenciada com naturalidade, já que vivemos em um Estado Democrático de Direito com garantia de direito a todos. É como se de forma involuntária os advogados cumprissem com o mínimo da ética profissional, porque existem normas legais que garantem isso. A função social do advogado é de extrema relevância para a ordem jurídica, posto que o mal desempenho de sua profissão acarretará sanções ao cliente, e a ele mesmo. A omissão ou má defesa das normas brasileiras também pode indiretamente afetar outras pessoas. A ética é um termo abrangente, que exige do profissional uma dedicação em exercer uma conduta condizente com o Direito esperada por todos e determinada pela Lei. Ter profissionalismo e buscar fazer o melhor dentro do alcance é essencial para o bom exercício da profissão e os resultados serão visíveis.

À medida que encerramos nossa análise, fica claro que a ética na advocacia e a responsabilidade social dos advogados não são conceitos estáticos, mas sim princípios dinâmicos que devem evoluir e se adaptar. Os advogados têm o poder de influenciar positivamente a sociedade e promover a justiça. No entanto, essa influência deve ser exercida com responsabilidade, considerando não apenas os interesses individuais, mas também os impactos mais amplos de suas ações.

Portanto, os advogados têm um papel fundamental a desempenhar na construção de uma sociedade mais ética e justa. Ao equilibrar a ética na advocacia com a responsabilidade social, eles podem contribuir de maneira significativa para o bem-estar de suas comunidades e para a evolução contínua do sistema legal. Esta interseção entre a ética e a responsabilidade social na advocacia é um desafio constante, mas também uma oportunidade para a profissão reafirmar seu compromisso com a justiça e a integridade em um mundo em constante transformação.

Como ilustrado ao longo deste artigo, a ética na advocacia e a responsabilidade social são intrinsecamente interligadas, e essa interseção exige uma abordagem equilibrada e ponderada por parte dos advogados. Os desafios éticos que surgem na prática diária da advocacia frequentemente testam os limites desse equilíbrio. No entanto, é fundamental lembrar que a ética e a responsabilidade social não são meros ideais abstratos, mas sim diretrizes práticas que orientam a conduta dos advogados.

O futuro da advocacia depende, em grande parte, da capacidade dos advogados de navegar nessa complexa interseção entre ética e responsabilidade social. Como a sociedade continua a evoluir, novos desafios éticos surgirão, exigindo uma adaptação constante das normas e valores profissionais. No entanto, à medida que enfrentamos esses desafios, podemos fazê-lo com a confiança de que a ética na advocacia e a responsabilidade social são fundamentos sólidos que nos guiarão.

Em última análise, a mensagem que emerge é que a advocacia é muito mais do que uma profissão técnica; é uma vocação que requer um compromisso profundo com a justiça, a integridade e a responsabilidade social.

Excelentíssimos,

Neste solene momento, é com profunda admiração e respeito que direciono estas palavras ao honrar a nobre função dos advogados em nossa sociedade. A advocacia é mais do que uma mera profissão; é uma pedra angular da justiça, um farol de esperança em meio às incertezas legais, e um escudo que protege os direitos e as liberdades individuais.

Os advogados, como guardiões da lei, desempenham um papel monumental que transcende as paredes dos tribunais. Eles são arautos da democracia, garantindo que os princípios fundamentais que norteiam nosso Estado de Direito sejam respeitados e aplicados de maneira justa e equitativa. Por meio de sua atuação incansável, os advogados asseguram que todos, independentemente de sua origem ou condição, tenham acesso à justiça e à igualdade perante a lei.

É importante compreender que a função de um advogado vai além de meros argumentos legais. Eles também são conselheiros, mediadores, conciliadores e defensores incansáveis dos direitos humanos. Ao representar seus clientes, os advogados estão frequentemente lutando não apenas por indivíduos, mas pela própria sociedade, pelo bem-estar coletivo e pela manutenção do equilíbrio social.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) merece destaque especial por sua dedicação inabalável ao aprimoramento da advocacia e à promoção da ética e da moral na profissão. A OAB é a guardiã da integridade dos advogados, garantindo que seus membros sigam os mais altos padrões éticos e profissionais. Ao fazê-lo, a OAB mantém a confiança do público na justiça e no sistema legal como um todo.

Não posso deixar de reconhecer o compromisso exemplar de todos os advogados do nosso país, dedicando suas vidas a uma busca incessante pela verdade, pela justiça e pela proteção dos direitos individuais. Cada tribunal, cada caso e cada cliente são testemunhas da dedicação e da paixão com que esses profissionais se entregam à sua nobre missão.

Assim, neste momento solene, eu, Clayton Alencar de Freitas, dedico toda a honraria e aplausos aos advogados do Brasil e à Ordem dos Advogados do Brasil, cujo trabalho incansável e compromisso com a democracia, a ética, a responsabilidade e a moral têm sido um farol de esperança para todos nós. Que continuemos a valorizar e

reconhecer a importância fundamental da advocacia em nossa sociedade, pois é através dela que construímos um mundo mais justo, igualitário e ético.

Que a justiça prevaleça, que os direitos sejam protegidos e que a luz da advocacia continue a iluminar o caminho em direção a um futuro mais promissor para todos.

Com respeito e gratidão,

Clayton Alencar de Freitas

SITES CONSULTADOS

<http://www.oabsp.org.br/noticias/2011/04/27/6908>

<http://www.oabsp.org.br/tribunal-de-etica-e-disciplina/corregedoria/>

<http://www.conjur.com.br/2012-jun-24/suspensoes-advogados-sao-paulo-dobra-expulsoes-diminuem>

<http://www.orm.com.br/amazoniajornal/interna/default.asp?modulo=222&codigo=339756>

<http://www.oabsp.org.br/noticias/2011/04/27/6908>

http://www2.uol.com.br/JC/_2001/2005/br2005_1.htm

http://www2.uol.com.br/JC/_2001/2005/br2005_1.htm

Submissão: maio de 2023. Aceite: junho de 2023. Publicação: setembro de 2023.